



Índice

- 01** [Ministros se reúnem para avaliar conflito entre índios e fazendeiros no sul da Bahia](#)
- 02** [MPF entra na justiça contra Norte Energia por índios de Belo Monte](#)
- 03** [Das condições de trabalho, dignidade aos índios](#)
- 04** [indígenas de Japorã tem dificuldades de acesso à saúde](#)
- 05** [Dia Internacional da Mulher Indígena 05/09/2013](#)
- 06** [Índios serão homenageados em desfile cívico de 7 de Setembro em SE](#)
- 07** [Indígenas dão prazo para solução de impasse sobre demarcações no RS](#)
- 08** [Comunidades pedem continuidade de ensino indígena](#)
- 09** [Pedido arquivo de PEC que dá a Congresso demarcação de terra indígena](#)
- 10** [Mais de 100 famílias indígenas invadem 11 hectares na Capital](#)





Ministros se reúnem para avaliar conflito entre índios e fazendeiros no sul da Bahia
SÍTIO PORTAL EBC, 05.09.2013

Brasília – Os ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo; da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho; e da Advocacia-Geral da União (AGU), Luís Inácio Adams, se reuniram hoje (5), em Brasília, para discutir soluções jurídicas para a questão indígena e os conflitos no campo, especialmente com relação à disputa entre índios e fazendeiros no sul da Bahia. O presidente da República em exercício, Michel Temer, também tratou do assunto em reunião ocorrida ontem. Há duas semanas, policiais da Força Nacional foram enviados para a região com a missão de tentar evitar novos confrontos entre índios e produtores e garantir a segurança da população. Concentrada na área urbana, a presença policial não foi capaz de impedir que, só esta semana, um trabalhador rural fosse baleado e um índio fosse morto a tiros.

As providências discutidas na reunião dessa manhã não foram divulgadas à imprensa, que não teve acesso ao encontro – do qual também participaram o secretário nacional de Articulação Social, da Presidência da República, Paulo Maldos, e assessores jurídicos. O mesmo tema levou o presidente da República em exercício, Michel Temer, a convocar o ministro da Justiça, ontem (4) à noite, para uma reunião de última hora no Palácio do Planalto. Os dois conversaram sobre o conflito no sul da Bahia, na região conhecida como Serra do Padeiro, onde ficam as cidades de Ilhéus, Una e Buerarema, entre outras, e onde índios tupinambás ocupam dezenas de propriedades rurais.

Temer convocou Cardozo para tratar da questão logo após receber uma comitiva de deputados, prefeitos e produtores rurais baianos. Acompanhados pelo ex-ministro da Integração Nacional e atual vice-presidente de Pessoa Jurídica da Caixa Econômica Federal, Geddel Vieira Lima, o grupo viajou a Brasília para pedir ao governo federal providências em relação ao conflito na região sul da Bahia.

Os produtores rurais asseguraram ao presidente em exercício que são os legítimos donos das terras reivindicadas pelos índios tupinambás. Temer se comprometeu a buscar uma solução pacífica para o conflito e, em seguida, convocou o ministro da Justiça para discutir a questão.

Procurados pela Agência Brasil, o secretário estadual de Agricultura, Eduardo Salles, e o diretor da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (Faeb), Guilherme de Castro Moura, defenderam a necessidade de reforço no efetivo da Força Nacional enviado para a região. Também querem que a tropa atue na zona rural, desarmando as pessoas para evitar novas mortes. “A situação é muito grave e pode piorar muito mais, se nada for feito imediatamente”, disse o secretário estadual.

As ocupações das propriedades rurais, que os índios classificam como “retomada do território

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 162 / 2013

Brasília, 06 de setembro de 2013.

sagrado”, foi a forma encontrada para exigir do governo federal a conclusão do processo de demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença. A área de 47.376 hectares (um hectare corresponde a 10 mil metros quadrados, o equivalente a um campo de futebol oficial) foi delimitada pela Funai em 2009.

Desde a delimitação, os tupinambás cobram que o Ministério da Justiça emita a portaria declaratória, reconhecendo-a como território tradicional indígena. Feito isso, ainda será preciso aguardar que a Presidência da República homologue a área.

Colaborou Danilo Macedo*

Edição: Davi Oliveira

Direitos autorais: Creative Commons - CC BY 3.0



MPF entra na justiça contra Norte Energia por índios de Belo Monte
SÍTIO G1/PA, 05.09.2013

Procuradores pedem indenização por danos materiais e morais. Norte Energia diz que cumpre condicionantes indígenas.

o G1 PA

O Ministério Público Federal do Pará entrou na justiça nesta quinta-feira (5) contra a Norte Energia, empresa responsável pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, em Vitória do Xingu, sudeste do Pará, alegando que a Norte se recusa a comprar terras para os índios Juruna que moram no KM 17 da rodovia PA 415. Segundo o MPF, os índios que vivem na margem da estrada são afetados pelo empreendimento, e precisam de mais terras para que a reserva seja demarcada de uma forma que eles não sintam o impacto da construção.

Ainda de acordo com a procuradoria, a aquisição de novos territórios para os índios está prevista no acordo da Licença Prévia concedida em 2009 para a obra. "O empreendedor – Norte Energia S.A. – nega-se a concluir a obrigação, sob o argumento de que teria se desonerado da condicionante pela mera indicação da área", diz a ação assinada pelos procuradores Thais Santi, Ubiratan Cazzeta e Felício Ponte Jr.

Em nota, a Norte energia disse que desconhece a ação judicial do MP, e que irá se pronunciar apenas nos autos do processo. A empresa disse ainda que está atendendo todas as condicionantes da área indígena, de acordo com o Projeto Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI), aprovado e acompanhado pelo órgão licenciador.

Impacto na comunidade

Em agosto de 2013 o MPF já havia emitido uma recomendação para a Fundação Nacional do Índio (Funai) para que o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) comunicasse a Norte que o acordo estava sendo descumprido.

Segundo o MPF, muitos índios estão se deslocando da aldeia para centros urbanos. "Esses indígenas vivem hoje na dependência absoluta do Município de Vitória do Xingu, através de vínculo de trabalho com escola que foi construída no local, em condições completamente alheias ao previsto no licenciamento", cita o MPF na ação.

A ação também pede que a empresa seja obrigada a pagar os danos morais e materiais causados aos índios, pois os procuradores alegam que as ações emergenciais da Norte Energia, como a distribuição de mercadorias nas aldeias nos últimos dois anos, foram prejudiciais para os Juruna.



Das condições de trabalho, dignidade aos índios
SÍTIO O PROGRESSO, 04.09.2013

Wilson Matos da Silva

A concessão da cota para indígenas nas universidades, oportunizou muitos índios, que jamais sonhavam alcançar a universidade, mas, aproveitaram a oportunidade e se formaram nas mais diversas áreas do saber, com isto, institucionalizou-se uma verdadeira “guerra” para banir os indígenas que ousam a reivindicar um espaço nos órgãos que trabalham com a política indigenista, e, aqueles índios que ainda permanecem em seus quadros, tem que ser “cego” (nada ver), “surdo” (nada ouvir) e “mudo” (nada dizer sobre as mazelas).

O preâmbulo do título II (Dos Direitos Cíveis e Político), capítulo IV (Das Condições de Trabalho), da Lei Federal (Especial), nº. 6.001, de 19 de dezembro de 1973. O Art. 14 diz: Não haverá discriminação entre trabalhadores indígenas e os demais trabalhadores,...). No artigo 16, § 3º, do referido Estatuto do Índio prevê *ipsis litteris* “O órgão de assistência ao indígena propiciará o acesso, aos seus quadros, de índios integrados, estimulando a sua especialização indigenista.” Conforme prescrito em lei a FUNAI Fundação Nacional do Índio, deveria cumprir a lei, no entanto o que se vê e exatamente ao contrario, esta, tem primado pela exclusão dos índios de seus quadros.

A Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena), é um exemplo que deve ser seguido pelos órgãos responsáveis pelas políticas públicas voltadas ao atendimento aos índios, tanto em nível municipal, quanto estadual e federal. A saúde indígena em MS, ganha ares de excelência no atendimento aos indígenas, se comparado aos demais estados-membros e considerando o caos que a sociedade enfrenta no quesito Saúde Pública.

Este sucesso se deve a três fatores: primeiro, a Funasa contratou e treinou: AIS (Agentes de Saúde Indígena), e AISAN (Agentes Indígenas de Saneamento Básico), para o trabalho de apoio às suas atividades nas aldeias; TIE (Técnico Indígena Enfermagem) e AICD (Auxiliar Indígena de Consultório Dentário), para auxílio direto ao médico inclusive na comunicação deste, com o paciente, que muitas das vezes tem dificuldade na compreensão da língua portuguesa, para um diagnóstico mais eficaz. Além de abrigar os indígenas de terceiro grau, nas áreas afetadas como: psicólogo, enfermeiro padrão, nutricionista, odontólogos, etc.

Destaca-se o convênio inicialmente com Funasa e a partir de 2011, a SESAI com a instituição filantrópica sem fins lucrativos Missão Evangélica Caiuá, que com o know-how e a seriedade de 85 anos de atuação na assistência educacional e à saúde indígena, a Missão, está estabelecida na maioria das aldeias do estado. Maioria de seus dirigentes fala a língua dos indígenas e seus missionários quase todos são indígenas. Como se pode ver isso é respeito às diversidades étnicas do nosso povo!

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 162 / 2013

Brasília, 06 de setembro de 2013.

Em terceiro, o convênio atualmente Sesai/Missão Caiuá, instituiu o CONDSI (Conselho Distrital de Saúde Indígena), no fiel cumprimento da Lei 8.142/90, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. O CONDISI, é dirigido por um indígena, é paritário sendo: 50% de Indígenas usuários do Subsistema de saúde, 25% de trabalhadores na saúde indígena, distribuídos em todas as categorias e 25% de gestor/prestador. Suas funções precípua são de fiscalizar e propor ações nas políticas de saúde dos nossos povos, bem como, acompanhar as aplicações financeiras segundo seu presidente Fernando da Silva Souza.

Não há outra forma de adquirir dignidade, auto estima, respeito próprio, se não, por meio da educação e do trabalho. A atuação da DSEI Distrito Sanitário de Saúde indígena, regional da SESAI/MS, pode servir de exemplo para os demais órgãos que se propõe a realizar a políticas públicas aos povos indígenas.

Conforme preconiza Art. 2º, da Lei 6.001/73, Cumprir à União, aos Estados e aos Municípios, (...), VII - executar, sempre que possível mediante a colaboração dos índios, os programas e projetos tendentes a beneficiar as comunidades indígenas; VIII - UTILIZAR A COOPERAÇÃO, o espírito de iniciativa e AS QUALIDADES PESSOAIS DO ÍNDIO, tendo em vista a melhoria de suas condições de vida e a sua integração no processo de desenvolvimento.

o autor é Índio residente na Aldeia Jaguapirú, Advogado OABMS 10689 e Jornalista SRTE 773 email wilson_matosdasilva@hotmail.com



indígenas de Japorã tem dificuldades de acesso à saúde

SÍTIO OLHAR DIRETO, 04.09.2013

A Sesai repassa em torno de R\$ 8 mil mensais

Sesai pactua e paga atendimento médico com hospital de Mundo Novo e índios querem Iguatemi

DOURADOS NEWS

A comunidade indígena que habita a aldeia Porto Lindo, em Japorã, está enfrentando sérias dificuldades depois que o Pronto Atendimento Médico (PAM) de Iguatemi, distante cerca de 30 quilômetros da cidade, decidiu suspender o atendimento pelo convênio que mantinha com a Secretaria especial de Saúde indígena) aos moradores da área.

Agora, para serem medicadas, as crianças indígenas, especialmente, maiores vítimas dessa variação climática, precisam ser levadas para Mundo Novo, em um trajeto superior a 70 quilômetros.

Acontece que o PAM funciona como porta de entrada de internações para o hospital São Judas Tadeu, em Iguatemi, para onde a Sesai repassa em torno de R\$ 8 mil mensais. Por conta disso, os indígenas estão tendo que buscar atendimento no hospital Bezerra de Menezes, de Mundo Novo, que não recebe para isso, já que as AIHs (Autorizações de Internação Hospitalar) são pactuadas para Iguatemi onde o convênio é 100% Sistema Único de Saúde (SUS).

Dorival Velasquez, morador na Porto Lindo e membro do Conselho Distrital de Saúde indígena (condisi-MS), está acompanhando o tratamento do filho de oito anos no hospital Bezerra de Menezes, em Mundo Novo. "Lá em Iguatemi eles disseram que não vão atender mais índios", disse o pai da criança ao DOURADOS NEWS.

Ele informou ainda que outro indígena, de 11 meses de idade, também se encontra internado no hospital de Mundo Novo.

Nesta semana, uma criança de Japorã morreu em Dourados, com suspeitas de meningite. Resultados dos exames feitos no paciente foram encaminhados para Campo Grande afim de detectar a causa mortis. Outras crianças da aldeia enfrentam problemas respiratórios em decorrência da forte estiagem e da onda de frio mais intenso que se abateu sobre a região desde o mês passado.

O secretário de Saúde de Japorã, Paulo Franjotti, afirmou que a situação é delicada na região. "O PAM de Iguatemi é 100% SUS e nós [em Japorã] ainda não temos a porta de entrada para esse atendimento", informou, acrescentando que a recusa das autoridades do município vizinho em atender aos índios da aldeia Porto Lindo, onde vive uma comunidade estimada em

CONT.



2,500 mil habitantes, está gerando um transtorno muito grande. “Esta semana mesmo tivemos que buscar um médico de Caarapó para acompanhar o deslocamento de um paciente para o hospital de Dourados”, disse o secretário.

IMPASSE

Franjotti acredita que parte do problema esteja relacionado com o impasse fundiário criado em função da disputa de terra entre índios e produtores rurais do Cone Sul do Estado. “Há uns três, quatro meses, depois que o PAM de Iguatemi deixou de atender”, lembra ele, observando que agora os casos de emergência são mais preocupantes, porque se antes tinha que levar o doente a uma distância de 8 a 10 quilômetros, da aldeia para o PAM, agora aumentou para no mínimo 70 km, quando se trata de chegar até Mundo Novo”, comparou.

A Prefeitura de Japorã se inscreveu no programa Mais Médicos, do Ministério da Saúde, solicitando pelo menos seis profissionais, para atender na cidade e oferecerem assistência aos índios. “Mas, até agora não tivemos notícia de nenhum médico”, lamentou o secretário, afirmando que o Município tem dado o apoio possível para as comunidades indígenas, mas pode fazer muito pouco. “A situação é preocupante, e quando chega os finais de semana, então, vivemos em clima de tensão, porque se surgir uma emergência não temos muito o que fazer”, diz Paulo Franjotti.

Dia Internacional da Mulher Indígena 05/09/2013
SÍTIO ÍNDIOS POTIGUARA PARAÍBA EM FOCO, 05.09.2013



Texto de Bia Cardoso.

Hoje, 05 de setembro, é Dia Internacional da Mulher Indígena. A data foi instituída em 1983, durante o II Encontro de Organizações e Movimentos da América, em Tihuanacu (Bolívia). A escolha desse dia foi feita porque em 05 de setembro de 1782 morreu Bartolina Sisa, mulher quéchua que foi esquartejada durante a rebelião anticolonial de Túpaj Katari, no Alto Peru. A ONU Mulheres marcou a data reafirmando o apoio às mulheres indígenas na busca por justiça e em defesa dos direitos individuais e coletivos.

Tanto no Brasil, como em outros países da América Latina, as mulheres indígenas desempenham historicamente um papel fundamental como agentes de mudança nas famílias, comunidades e na vida de seus povos. Porém, a cultura indígena sempre foi tratada com muito desprezo no Brasil, fora a imagem caricata com que os indígenas são representados e a apropriação que se faz de sua cultura. A ONU Mulheres destaca também que as indígenas são essenciais em diversas economias, trabalhando por segurança e soberania alimentar, além do bem-estar das famílias e comunidades.

CONT.



As mulheres indígenas acabam sendo um grupo que pouco ouvimos falar — até mesmo pouco pensamos — quando falamos de Feminismo. Além do cotidiano indígena estar muito longe da maioria das pessoas, temos o problema do desrespeito brutal a essa etnia. Os povos indígenas brasileiros são tratados como cidadãos de segunda classe, tendo suas vidas decididas por medidas governamentais arbitrárias e vivendo em constante conflito por disputas de terras. As mulheres indígenas acabam sendo alvos de violência sexual, ameaças e assassinatos. Fora as dificuldades em relação a saúde e educação.

Em texto de 2011, Mayara Melo fala sobre alguns aspectos que afetam diretamente as mulheres indígenas brasileiras:

As mulheres indígenas são as mais gravemente afetadas pelo modelo de desenvolvimento econômico imposto no Brasil. São elas que sofrem de forma mais contundente os impactos provocados sobre o meio ambiente. Quando os indígenas perdem acesso aos recursos ambientais que garantem sua segurança e soberania alimentar, são as mulheres as mais penalizadas, pois geralmente são elas as responsáveis por cuidar da alimentação. Essa é uma característica comum a muitas comunidades tradicionais. Também são elas as mais impactadas pelas grandes obras que perturbam o modo de vida de suas comunidades.

Referência: Mulheres indígenas – violência, opressão e resistência.



Índios serão homenageados em desfile cívico de 7 de Setembro em SE
SÍTIO INTERJORNAL, 05.09.2013

Preparativos de carros temáticos e alegorias estão em fase final. 28 escolas vão cruzar a Avenida Barão de Maruim no sábado (7).

Os preparativos para o desfile cívico do dia 7 de Setembro, data de comemoração da independência do Brasil, estão em fase final em um galpão localizado na Avenida Maranhão em Aracaju, Sergipe. No total, 28 escolas estaduais, municipais, federais e particulares da capital e área metropolitana vão desfilar na Avenida Barão de Maruim no sábado (7).

O desfile cívico começa às 8h com apresentação dos militares. Em seguida, por volta das 10h, entram na avenida os estudantes e representantes de comunidades com atividades culturais. Cerca de 40 pessoas trabalham em ritmo acelerado nessa reta final da montagem dos dois carros temáticos e oito alegorias que vão ser utilizados no desfile temático que este ano resalta os índios brasileiros com o tem 'Pátria Amada, Brasil'.

"Já valorizamos vários temas em conjunto, mas este ano vamos focar no povo indígena desde o descobrimento, império, república e suas vidas na atualidade. O tema foi escolhido por uma comissão de professores e o assunto foi trabalhado em sala de aula em atividades diversas", afirma Almir Garcez, coordenador do desfile cívico.



Indígenas dão prazo para solução de impasse sobre demarcações no RS
SÍTIO RÁDIO TAPEJARA, 05.09.2013

Indígenas deram prazo de um mês ao governo federal para iniciar a entrega de reservas já demarcadas no Rio Grande do Sul. A questão foi discutida na tarde desta quarta-feira (4), em Porto Alegre, em reunião com representantes dos governos federal e estadual que terminou sem acordo.

O encontro na sede do Ministério Público Federal (MPF) contou com a presença do ministro da Secretaria da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e do chefe de Gabinete do governador, Ricardo Zamora, além de representantes do Ministério da Justiça, do MPF, do Incra e da Funai.

Durante a reunião, o governo estadual reiterou a oferta de disponibilizar 6,4 mil hectares de terras para reassentamentos, tanto de indígenas quanto de agricultores. "São áreas da CEEE e da Cesa. Poucas áreas são da administração centralizada, então nós temos que fazer todo um processo com a Fazenda para dispor dessas áreas", explicou Zamora.

A proposta, no entanto, não agradou aos indígenas. Uma nova reunião foi marcada para o dia 7 de outubro para tentar resolver o impasse. Os indígenas, no entanto, exigem que os governos apresentem uma proposta concreta até o dia 2 de outubro.

Caso contrário, ameaçam expulsar os eventuais ocupantes das terras pela força. "Nós queremos demarcação oficial, homologada e assinada pelo presidente da República e registrada em cartório de imóveis do município. Senão, nós mesmos vamos demarcar nossas terras. E se houver derramamento de sangue, vai ser tudo culpa do governo federal", afirmou Augusto Silva, membro do Conselho de Articulação Indígena Caingangue.

O ministro Gilberto Carvalho disse que o governo federal não vai rever a decisão de entregar as terras demarcadas para os índios, mas garantiu que os atuais proprietários serão ressarcidos. "Temos que assegurar essa indenização porque o mesmo estado que titulou, o governo federal ou o governo estadual, é responsável por não permitir que essas pessoas, do dia pra noite, fiquem privadas dos seus direitos", declarou.

Cerca de mil famílias de agricultores gaúchos moram em áreas demarcadas pela Funai. Para Gilberto Carvalho, esses agricultores são vítimas da colonização feita em áreas que, no passado, não eram consideradas territórios indígenas.

Além das 10 áreas já demarcadas, outras 50 estão sendo reivindicadas pelos índios. "Seguramente não é uma questão de meses, é uma questão que vai se prorrogar um ano, dois anos, três anos, pra resolver todo o problema. Mas tem que ser iniciado imediatamente", recomendou o secretário de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, Ivar Pavan.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 162 / 2013

Brasília, 06 de setembro de 2013.

Durante a reunião, um grupo de indígenas protestou na frente do prédio do MPF, com lanças e flechas. Ao final do encontro, eles cercaram e chegaram a impedir por alguns minutos o chefe de gabinete do governador, Ricardo de Zamora, de sair do prédio. Além da presença da Brigada Militar, caciques que participaram do encontro acalmaram os ânimos.

Fonte:

G1/RS



Comunidades pedem continuidade de ensino indígena

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 05.09.2013

Representantes de comunidades indígenas do oeste do Pará estiveram no Ministério Público do Estado (MPE), em Santarém, para denunciar o risco de interrupção do ensino indígena especializado na região. A denúncia motivou recomendação conjunta do Ministério Público Estadual (MPE) e do Ministério Público Federal (MPF) à secretaria estadual de Educação (Seduc).

A recomendação, assinada pelo promotor de justiça Tulio Chaves Novaes e pelo procurador da República Carlos Eduardo Raddatz Cruz, trata da continuidade e da qualidade do ensino modular indígena na região, considerando que a Constituição Federal assegura a essas comunidades a utilização da língua materna e de processos próprios de aprendizagem no ensino fundamental.

No final do mês de agosto, os representantes das tribos Wai Wai, Tupaiu, Tuapiu e Arapium reuniram com o MPE de Santarém para informar sobre as dificuldades na execução do processo pedagógico de educação indígena.

Não há professores especializados suficientes para atender a demanda e o ensino já existente está ameaçado de interrupção, com a possibilidade de dispensa de professores temporários que já estariam adaptados à peculiaridade do projeto.

Foi recomendado ao secretário titular da Seduc que assegure a continuidade e a qualidade do ensino modular indígena na região, mantendo os atuais professores que já possuem formação para efetivar o processo pedagógico, enquanto a função não for ocupados por agentes públicos especializados em educação indígena, devidamente concursados.

O MP recomendou que a secretaria providencie a contratação, através do concurso público, de professores com formação especializada em educação indígena, impreterivelmente, até o ano de 2016, quando de acordo com informações nos autos do procedimento administrativo, haverão pessoas formadas nessa área específica.

Após o recebimento da recomendação, a Seduc tem prazo de 30 dias para informar ao MPE e ao MPF as providências adotadas. O descumprimento das medidas recomendadas, pode implicar em ações judiciais contra os agentes que se omitirem.

(DOL com informações do MPF)



Pedido arquivo de PEC que dá a Congresso demarcação de terra indígena
SÍTIO MONITOR MERCANTIL, 05.09.2013

A rejeição da instalação da comissão especial referente a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00 foi aprovada por unanimidade pelo grupo de trabalho criado pela Câmara para debater a situação dos índios no Brasil. A PEC transfere do Poder Executivo para o Congresso a prerrogativa sobre a homologação de terras indígenas e quilombolas. A rejeição da comissão sobre o tema consta do relatório final do grupo, aprovado ontem, depois da votação ter sido adiada ontem por falta de quórum.

- Basicamente aprovamos a rejeição da PEC 215, que foi inclusive o cerne da comissão. Mas juntamente nós pedimos uma investigação mais profunda a respeito do Relatório Figueiredo e a indenização justa e adequada para os fazendeiros que ocupam as terras indígenas. Também apresentamos a possibilidade da formação de uma subcomissão dentro da Comissão de Legislação Participativa da Câmara para continuar debatendo as questões ligadas aos índios - disse o deputado, Lincoln Portela (PR-MG), mediador do grupo.

O grupo, composto por deputados ruralistas, deputados que defendem os direitos dos índios e lideranças indígenas, foi criado em abril deste ano após pressão de centenas de índios que ocuparam o plenário da Câmara em protesto contra a PEC 215/00.

De acordo com Portela, o relatório será encaminhado ao presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), para subsidiar o debate sobre a implantação da comissão especial que vai apreciar a PEC.

- Na minha avaliação, cumprimos com o nosso objetivo de debater o tema. O relatório é um emblema mais importante. Ele também será entregue à presidente Dilma Rousseff, ao ministro da Justiça e locais onde se discuta questão indígena no Brasil - complementou Portela.

Para a liderança indígena Antônio Fernandes de Jesus, representante do povo Tuxá, cabe à presidência da Câmara acatar as recomendações do grupo. Ele lamentou a ausência dos deputados ruralistas durante os trabalhos. Para a liderança indígena os deputados não quiseram debater com quem é contrário ao agronegócio.

- A gente tem sido penalizado como invasores de terra ou como sendo pouca terra para pouco índio, quando na verdade nesta Casa, nós temos em torno de 20 deputados com mais de 600 mil hectares de terra. Um terço das terras produtivas do país está nas mãos de menos de 2 mil pessoas que fazem o agronegócio, que é o interesse de um pequeno grupo.

O presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, Padre Ton (PT-RO), diz que o relatório vai ter peso na decisão de Henrique Alves.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 162 / 2013

Brasília, 06 de setembro de 2013.

- Nós não temos o poder de arquivar, mas as conclusões foram pela inconstitucionalidade, inclusive com a opinião de juristas renomados e acho que o presidente não pode desconsiderar as decisões deste grupo - avaliou.

Além da rejeição da PEC 215, o relatório propõe a possibilidade de autorizar a União a indenizar os proprietários rurais cujos títulos de propriedade tenham sido expedidos pelo Poder Público e adquiridos de boa-fé e solicita maiores investigações a respeito das questões apontadas no Relatório Figueiredo , um documento de mais de 7 mil páginas que descreve graves violações aos direitos indígenas ocorridas entre os anos de 1946 e 1967 pelo governo militar e pelos próprios servidores do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

Agência Brasil



Mais de 100 famílias indígenas invadem 11 hectares na Capital

SÍTIO A GAZETA NEWS, 05.09.2013

Cerca de 100 famílias indígenas invadiram, ontem (5), uma área de 11 hectares, no bairro Água Bonita, atrás do conjunto Tarsila do Amaral, em Campo Grande. Segundo os índios, a área ocupada é continuação da aldeia urbana Água Bonita, doada pelo governo do Estado há mais de 13 anos.

Barracos já começaram a ser montados no local. Cansados de pagar aluguel, agora os índios reivindicam moradias. "Nós ocupamos uma área que é continuação da aldeia. Muitos estavam na cidade pagando aluguel, mas não dá mais para continuar assim", confirmou o indígena Eduardo Pereira Barbosa, 73 anos.

A área total da aldeia, segundo Eduardo, é de 36 hectares. Os indígenas devem se reunir hoje às 15 horas para definir o encaminhamento da situação. "Ainda não sabemos para quem vamos pedir essas moradias, mas vamos decidir hoje".

O cacique Nito Nelson, 52 anos, disse que a ocupação não gerou desentendimentos. "Não houve problema. Até conversamos com os vizinhos próximos e está tudo bem", garantiu.

Fonte: Campo Grandenews